

21 24

ACTA Nº 14

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 10-04-2003

REUNIÃO PÚBLICA

SANTA JOANA – CAPITAL DO CONCELHO

Aos dez dias do mês de Abril do ano dois mil e três, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Aveiro, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Santa Joana, sob a Presidência do Sr. Presidente, Dr. Alberto Afonso Souto de Miranda, e com a presença dos Srs. Vereadores Eduardo Elísio Silva Peralta Feio, Eng.º Lusitana Maria Galdes da Fonseca, Dr. Manuel Fernando Ferreira Rodrigues, Dr.ª Marília Fernanda Correia Martins, Domingos José Barreto Cerqueira, Dr. Amândio Canha, em substituição do Eng.º Ângelo Pereira Pires, Dr. Joaquim Manuel da Silva Marques, Dr. Luís Miguel Capão Filipe e, ainda, a presença do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Joana, Sr. Victor Manuel da Silva Martins.

Pelas 14.30 horas foi declarada aberta a presente reunião.

RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA: - A Câmara tomou conhecimento do balancete da tesouraria relativo ao dia 9 de Abril, corrente, o qual acusa o seguinte movimento em dinheiro: - Saldo do dia anterior em operações orçamentais – quatrocentos e noventa e um mil setecentos e setenta e oito euros e dezassete cêntimos; Saldo do dia anterior em operações de tesouraria – quinhentos e oitenta e quatro mil trezentos e oitenta e seis euros e onze cêntimos; Receita do dia em operações orçamentais – catorze mil seiscentos e treze euros e seis cêntimos; Receita do dia em operações de tesouraria – setecentos e sessenta e cinco euros e vinte e seis cêntimos; Saldo para o dia seguinte em operações orçamentais – quatrocentos e dois mil oitocentos e setenta e um euros e setenta e quatro cêntimos; Saldo para o dia seguinte em operações de tesouraria – quinhentos e oitenta e cinco mil cento e vinte e um euros e quarenta e quatro cêntimos.

BOAS VINDAS: - O Sr. Presidente da Junta de Freguesia, saudou o Executivo Camarário e todos os presentes, proferindo a seguir, o seguinte discurso de abertura:

“Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Exmos. Srs. Vereadores, Caros amigos de Sta. Joana. É com enorme prazer que a freguesia de Sta. Joana é, durante este mês de Abril, Capital de Concelho, recebendo todo o executivo da Câmara Municipal em mais uma iniciativa original e inédita desta edilidade. Fazemos votos que esta iniciativa não seja, a exemplo de outras idênticas anteriores, apenas um mar de promessas e que de concretizações efectivas ficou aquém do necessário e do que era justamente devido a esta freguesia. Porque esta freguesia já deu provas que merece todo o apoio que lhe é prestado, e porque a qualidade de vida de todos quantos representamos deve estar sempre em primeiro lugar da nossa lista de prioridades, permitimo-nos recordar ao Sr. Presidente algumas questões que consideramos fundamentais para manter Sta. Joana no bom caminho a que temos habituado as nossas gentes. Como pode verificar no dia de ontem, nas visitas que fez às escolas do 1º ciclo da freguesia, o nosso parque escolar encontra-se bastante degradado, ao contrário de outras opiniões que afirmam serem apenas pequenas deficiências, necessitando de intervenções urgentes que permitam uma melhor qualidade de ensino às centenas de crianças que as frequentam.

A representação e identidade cultural de uma freguesia está directamente relacionada com as suas associações. Sem qualquer tipo de apoio, incluindo os protocolados, os prometidos e os devidos, é impossível a subsistência de qualquer associação. Estas continuam também à espera de espaços condignos para exercer as suas actividades. Esperamos que nesta visita sejam definitivamente resolvidas as questões relacionadas com a aquisição dos terrenos e construção das sedes das nossas associações.

Correndo o risco de nos repetirmos constantemente, continuamos à espera de ver cumprida a promessa de construção da aldeia desportiva que permita à nossa população desenvolver melhores índices de qualidade de vida através da prática saudável e harmoniosa do desporto. Neste aspecto não queremos também deixar de salientar a necessária melhoria do Parque Desportivo de S. Brás por forma

a proporcionar melhores condições aos jovens que lá praticam a sua actividade desportiva. **Acção Social** – O aspecto social de uma freguesia é fundamental para o bem estar dos seus habitantes. A freguesia de Sta. Joana revela aqui algumas situações de carência efectiva que deverão ser alvo de intervenção prioritária. Para tal é necessário que se inicie o quanto antes a construção dos novos pólos de Habitação Social nos terrenos já adquiridos para esse efeito nos lugares da Presa e da Azenha de Baixo. **Planeamento** – Com o crescimento que Sta. Joana tem tido nos últimos anos, torna-se necessário efectuar estudos rigorosos de planeamento que permitam um desenvolvimento concertado e harmonioso. Só assim poderemos evitar situações indesejáveis como a que se verifica actualmente com o estudo da nova avenida de ligação da freguesia à EN 109. Relativamente a este assunto, e tendo já V. Exa. c. nhecimento da posição desta Junta de Freguesia, esperamos serenamente que a Câmara Municipal o resolva com bom senso e o mais rapidamente possível com vista a evitar mais transtornos e inquietações às pessoas directamente afectadas. **Saúde** – O Centro de Saúde de Santa Joana é uma real necessidade e uma prioridade para estas gentes e esta terra. Os nossos habitantes olham para esta obra com grande tristeza e preocupação visto que, apesar ser uma das obras mais necessárias, continua parada há imenso tempo não servindo os interesses de quem diariamente necessita de tais serviços. Esperamos sinceramente que durante esta Capital do Concelho seja iniciada a 2ª fase de construção desta obra cada vez mais indispensável para a real solicitação dos nossos habitantes. **Saneamento** – A conclusão do saneamento Alagoas – Qt.º Torto – Azenha, há 3 anos prometido e incluído em planos municipais, continua a ser uma realidade difícil de atingir criando falsas expectativas nos habitantes destes lugares..Torna-se cada vez mais imperativo concluir tal obra por forma a proporcionar melhor qualidade de vida aos habitantes. **Cemitério** – Gostaríamos que durante esta Capital do Concelho fosse definitivamente resolvida a questão da implantação do cemitério. **Iluminação** – A iluminação pública continua a ser uma grave carência da nossa freguesia. **Pavimentações** – As estradas de uma freguesia são o seu cartão de visita. Conforme pôde verificar nestes dias em que tem percorrido as nossas ruas, são poucas aquelas que foram alvo de intervenção recente encontrando-se a grande maioria num estado lamentável com pisos irregulares, completamente degradados que causam transtornos e prejuízos incalculáveis a quem diariamente tem necessidade de por eles passar. Sabemos que parte desta situação se deve à instalação de saneamento em

algumas destas artérias. No entanto não nos devemos esquecer que algumas dessas infra-estruturas já datam de há bastante tempo. Há que salientar também que algumas destas ruas não são pavimentadas há pelo menos uma dezena de anos. A tudo isto acresce o facto de muitas destas artérias serem ponto de passagem obrigatório para quem habita, entra ou sai da nossa freguesia comportando imenso tráfego rodoviário diário. Todas as situações atrás enunciadas são ainda mais preocupantes pelo facto de a grande maioria já serem do conhecimento da Câmara Municipal, de alguns anos a esta parte, e continuarem sem solução à vista. Esperamos sinceramente que o futuro de Sta. Joana seja bem mais promissor que o passado recente. Sendo esta uma freguesia jovem e dinâmica, na qual os seus habitantes depositam grande confiança, cabe aos órgãos eleitos da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal proporcionar-lhes um futuro melhor e uma melhor qualidade de vida. Tal só é possível com obras concretas e apoios efectivos. Contamos com a Câmara Municipal de Aveiro para poder garantir mais progresso, mais qualidade e um melhor futuro para Sta. Joana."

Presidente da Câmara Municipal de Aveiro – "Gostava de ser mais optimista, mas em relação a estes pedidos e pretensões, não gostaria de criar ilusões, pois esta iniciativa de elegermos cada uma das freguesias como Capital do Concelho de Aveiro, durante um mês, não visa resolver todos os problemas da freguesia, o que era completamente impossível. Há imenso trabalho a fazer, e a ideia é que a partir de Santa Joana possamos gerir todo o Município e tomar decisões que abranjam todas as Freguesias. A nossa presença aqui, permite um olhar privilegiado a Santa Joana, no que diz respeito a carências, projectos, aspirações e problemas, daí a presença dos Vereadores, técnicos, munícipes e políticos em colaboração com a Junta de Freguesia, recebendo em audiência todas as pessoas que o queiram fazer. É uma oportunidade, tal como a experiência de Cacia revelou, para que as deliberações políticas e técnicas possam ser feitas com melhor conhecimento de causa. Ouvi o Sr. Presidente da Junta dizer que ao nível da iluminação pública quase nada foi feito, mas não é bem assim, tenho aqui uma relação com várias ruas em que foi feito um reforço na iluminação pública. Em relação aos pavimentos, nós sabemos que Santa Joana é uma das freguesias em pior estado mas, tal como aconteceu em Cacia, na medida das nossas possibilidades, iremos fazer intervenções nos arruamentos. Deve-

se, em parte, às obras de saneamento e à chuva, por exemplo, a Rua do Colégio está boa, mas tem problemas de águas pluviais.

Visitei o Parque Escolar com o Sr. Presidente da Junta, e entendo que não é possível termos um Estádio luxuoso e não termos Escolas de luxo. Entendo também que ter uma boa Escola passa por termos bons professores, bons transportes, bons acessos e serviços. Daí, estarmos a desenvolver uma carta escolar, em colaboração com todas as Juntas de Freguesia e entidades, CAE e Universidade de Aveiro, que têm competências específicas em matéria de Educação e Planeamento. Vamos fazer obras nas escolas sempre que isso se justifique. Por exemplo, brevemente a Escola da Presa terá que ser substituída por uma escola nova, devido à nova estrutura do Parque de Feiras e Exposições. Há pequenas deficiências a que temos de estar atentos, que causam mal estar e por vezes são sanáveis sem grandes despesas. Queremos ter estádios, mas também queremos ter escolas certificadas. No âmbito da habitação social, Santa Joana é das freguesias que tem mais habitação social, o bloco do Caião está quase pronto, e esperamos daqui a quinze dias atribuir esses fogos. Na Azenha de Baixo e Presa, estão em curso processos que estão já a ser desencadeados e, a curto prazo, vão dar início à construção de novos fogos, em regime de CDH.

Estamos a desenvolver novos projectos, como a Aldeia Desportiva, a localização do cemitério, a localização do Pavilhão e o Estudo Urbanístico sobre a nova Avenida. Há um exercício de planeamento que este mês também vai proporcionar um olhar mais privilegiado sobre as necessidades de Planeamento da Freguesia de Santa Joana. A primeira é o sistema viário que todos conhecem. Era uma necessidade urgente haver uma reflexão de planeamento viário para a freguesia e isso está já a concretizar-se. Por um lado com o eixo estruturante que vai prosseguir, por outro com o projecto da nova Avenida que, independentemente de todas as preocupações que têm suscitado, é reconhecidamente um elemento útil para a freguesia e todos querem a Avenida. Há depois algumas divergências, mas todos a querem e já reconheceram que de facto, em termos de organização do território, é um elemento qualificador e vai permitir que tenhamos melhores acessos, além dos percursos transversais, entre os dois eixos, que estamos também a desenvolver, como aquele que vai do quartel da PSP e, no futuro, até ao eixo estruturante. Já está rasgado, tem havido problemas, mas é já um eixo transversal com muita força. Começamos a agarrar o território em termos viários. O Plano de Urbanização na

264

Junta, está em fase de parecer final, para depois ser submetido a inquérito público mas, em certas áreas, pode alterar o Plano Director Municipal e, nesse período, todas as pessoas podem verificar se estão de acordo ou não com o que está previsto. O Plano de Urbanização prevê que lugares onde não se podia construir se possa vir a construir e vice-versa. Este Plano foi discutido com a Câmara e Junta de Freguesia. A Câmara Municipal de Aveiro tem descentralizado equipamentos e na Freguesia de Santa Joana fez um dos maiores investimentos, como o Parque de Feiras e Exposições, que é um investimento que diz respeito a todo o Município.

No caso da Unidade de Saúde, foi aberto concurso para a melhor proposta, mas o Tribunal de Contas não aprovou, porque o valor era muito elevado. Mesmo sendo elevado o Executivo aprovou, por unanimidade. Continuamos à espera que o Estado – Administração Regional de Saúde, tenha financiamento para concluir a obra, porque a CMA só financia 30% e o Estado 70% e eu espero que ARS não falhe com a sua parte.

O Centro Social de Santa Joana é uma obra que tem o apoio da C.M.A e que está a crescer a bom ritmo, trata-se do Centro de Dia que é uma obra necessária à Freguesia.

No campo desportivo também foram realizadas melhorias, como por exemplo, no Campo da FIDEC. Santa Joana precisa de instalações desportivas de qualidade. Não basta ter um estádio, necessitamos de campos para o desporto amador, campos de futebol ao nível do nosso desenvolvimento.”

Seguidamente, o Sr. Presidente deu a palavra ao **Director Delegado dos Serviços Municipalizados de Aveiro**, que fez uma larga explanação sobre o contributo daqueles Serviços para um desenvolvimento sustentável da freguesia de Santa Joana, nomeadamente, no que respeita às intervenções efectuadas nos últimos 5 anos, ao nível do sistema de abastecimento de água e sistema de drenagem e tratamento de águas residuais. Quanto ao abastecimento de água à freguesia, sublinhou que nos últimos anos, o mesmo, tem sido efectuado com bastante qualidade, tendo sido reforçado o abastecimento à zona alta, através do Nô do Sistema Regional do Carvoeiro, localizado em Santa Joana.

Por fim, aludiu também à situação actual das diversas linhas dos transportes urbanos, que servem a freguesia.

24

- De seguida o Sr. Presidente deu a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia da Vera-Cruz**, Sr. Barbosa, que chamou a atenção para o vandalismo que se faz sentir no Bairro do Beira-Mar, para a falta de policiamento e, mais uma vez, aproveitando a situação, quis saber o que se passa com o processo dos guardas nocturnos, porque, em sua opinião o avanço do mesmo depende da vontade da Câmara, concretamente no que refere à questão do Regulamento, em que basta apenas alterar algumas medidas.

Sr. Presidente – *“Muito obrigado, Sr. Barbosa. Eu vou responder muito rapidamente, dado tratar-se de uma questão que tem uma resposta imediata. Mas antes, queria aproveitar a presença do Sr. Eng.º Amorim, para lhe solicitar que providenciasse no sentido de serem retiradas do Canal dos Boitões as placas que têm sido para lá atiradas e, posteriormente, chumbá-las como deve de ser, porque, pelos vistos, estavam mal coladas e isso facilitou o vandalismo.*

Em relação à segurança e ao policiamento, sempre que estamos com a P.S.P., temos feito sentir as nossas preocupações sobre a necessidade de reforçar os meios de policiamento e dos efectivos em Aveiro. Não temos tido sorte porque, de facto, apesar de ser um problema que nos inquieta a todos, Aveiro, quando comparado com outros Municípios, felizmente, não tem um elevado nível de criminalidade, nem criminalidade muito violenta. Temos estas coisas, pequenos vandalismos, alguma criminalidade, é evidente, mas em termos nacionais, o nosso Município felizmente, quando comparado com outros, não é dos casos mais graves, e por isso, o Governo, quanto à escassez de recursos e quanto à escassez de meios humanos, não tem tomado a decisão de reforçar os efectivos como nós gostaríamos. Em todo o caso, vimos com agrado, esta nova possibilidade que a Lei nos dá dos guardas nocturnos. Como o Sr. Presidente da Junta da Vera Cruz disse, nós temos competência para a criação deste serviço desde Janeiro, salvo o erro, contudo é necessário o Regulamento Municipal, que ainda não está pronto, portanto, esperemos que muito depressa os nossos serviços o possam concluir. Provavelmente terá de ir à Assembleia Municipal, para então depois, poderem as Juntas de Freguesia desencadear os processos de contratação dos guardas nocturnos, o que é uma solução complementar e que pode ser muito interessante para o controlo deste tipo de actos que acontecem na Beira-Mar.”

OK 24

Intervenção do Público

D. Cristina Maria Duarte Resende – Informou que não foram repostos os paralelos do passeio em frente à sua residência, sita na Av. Santa Joana, após ter sido instalada a água, luz e saneamento. Referiu, ainda, que foi efectuado um pedido para a resolução desse problema, relativamente ao qual não obteve qualquer resposta até ao momento.

Sr. Silvério Marques de Oliveira – Fez referência à necessidade de colocação de sinais sonoros e queixou-se da velocidade a que os carros passam numa curva na Rua D. João Evangelista de Lima Vidal, que fica abaixo da oficina do Sr. Francisco Simões Ratola, no sentido Sul/Norte, que não obstante ser uma curva perigosa, dado ser muito fechada, não impede o excesso de velocidade, sentindo, por vezes, alguma dificuldade em sair de casa.

Sr. Manuel Lopes Azevedo - Proprietário de um terreno onde se encontra localizada a sua habitação, disse ter sido informado pela Câmara que o terreno com 500 m², se insere em Zona de Reserva Ecológica e, em contrapartida, a Direcção Regional do Ambiente, em Coimbra, informou-o que o mesmo não teria qualquer interesse ecológico, pelo que solicitou uma reunião com o Sr. Presidente da Câmara no sentido de se ver resolvida esta situação. Mais informou, que o pavimento da Rua de S. Brás se encontra em péssimo estado, e solicitou a instalação de semáforos de controlo de velocidade e, requereu ainda, que seja recolocada a rotunda da E.N. 109, junto à Policlínica, pois facilita o acesso à cidade, aos cidadãos de Santa Joana. Por último, fez referência ao acessos ao novo Parque de Feiras e Exposições, considerando que os mesmos são poucos, péssimos e mal estruturados. Solicitou também que sejam tomadas medidas urgentes no sentido de não permitirem o estacionamento junto à rotunda, uma vez que o trânsito estrangula e trata-se do único acesso à freguesia, pelo que entende que essa Avenida devia ter continuação e acesso ao lugar da Quinta do Gato.

Sr. António Ferreira da Silva – Fez referência à ausência de um espelho no entroncamento da Rua S. Geraldo com a Rua do Freitas e à necessidade de colocação de lombas na Rua Nova do Viso. Colocou também a questão da Estrada Nacional 109, do Viso para o lado da cidade, uma vez que não se consegue passar a pé nem de bicicleta, e a solução alternativa, fica muito distante, para além de que não há semáforos, nem nada que facilite a passagem. Deste modo, propôs a criação de uma rotunda, nem que seja provisória.

O Sr. Presidente, informou que se vai trabalhar em conjunto com o Instituto de Estradas, para ver da possibilidade de se fazer a rotunda definitiva que vai servir o Euro 2004.

Sr. Armando Figueiredo Santos - Em representação dos moradores do bloco D-9, sito na Praça dos Descobrimentos, no Caião, deu nota de algumas das suas preocupações, nomeadamente no que respeita à necessária e urgente intervenção nos espaços verdes, bem como, na vedação do parque infantil, dado que as pessoas mantêm os cães presos no jardim, originando a degradação dos mesmos. Solicitou, ainda, o arranjo exterior das paredes dos blocos, dado que se têm vindo a degradar de ano para ano, tendo já ocorrido a queda de algumas placas impermeabilizantes aplicadas nas referidas paredes, o que pode, eventualmente, vir a causar alguns acidentes. Solicitou ainda maior vigilância por parte da PSP, para segurança viária e das pessoas. Disse ainda que as crianças não podem andar nos passeios, onde há sempre carros estacionados.

D. Palmira Andrade Moreira – Solicitou o abate de uma árvore existente na Rua Princesa Santa Joana, n.º 14, em virtude de a mesma estar a provocar danos no passeio e nos tubos de rede de abastecimento de água.

D. Maria de Fátima dos Santos – Residente na Rua Chão Alto, lote 7, na Quinta do Torto, solicitou à Câmara a regularização da sua situação profissional, dado encontrar-se numa situação precária, uma vez que foi contratada pela Câmara Municipal de Aveiro, para exercer funções como Auxiliar de Acção Educativa, no

24

Jardim de Infância do Griné e, posteriormente foi sugerido à Junta de Freguesia a realização de um contrato por três anos, para o qual eram transferidas as verbas como subsídio. Decorridos os três anos passou a prestar serviços à Câmara Municipal de Aveiro, mediante a passagem de recibos verdes, auferindo um rendimento mensal de 450,00 €, fazendo, ainda, os respectivos descontos, não usufruindo de quaisquer regalias e estabilidade profissional.

Sr. José Gonçalves Vinagre – Residente no Bairro Social do Caião, bloco D-5, r/c esquerdo frente, referiu que junto às janelas do seu apartamento, se encontra um pequeno jardim com relva e que, durante do Inverno, quando chove em demasia, o solo não consegue absorver a totalidade da água, dado que as águas do terraço também são canalizadas para o jardim, o que provoca bastante humidade na sua habitação. Também solicitou a colocação de lombas no Bairro, para evitar os excessos de velocidade, bem como, a colocação de sinalização para o efeito. Salientou, ainda, o facto de a Rua Vasco da Gama, perto do campo, estar novamente cheia de buracos.

Sr. Manuel Gonçalves Amorim – Residente no Bairro de Fátima, n.º 43, r/c Esquerdo, deu conhecimento da existência de uma habitação degradada, da inexistência de esgotos e de colectores de águas pluviais, o que torna impossível transitar nas ruas em dias de muita chuva.

D. Teresa Paula Marinho Santos – Solicitou, enquanto moradora no Bairro da Quinta do Griné, que sejam resolvidos alguns problemas, nomeadamente, a falta de pressão da água nas torneiras dos vários blocos; arranjo dos passeios que se encontram destruídos; arranjo das estradas circundantes que se encontram em mau estado; inexistência de sarjetas em alguns pontos da urbanização; colocação de mecos ou floreiras nos passeios, de forma a vedar a circulação de motas nos mesmos; abate das árvores de grande porte que estão a destruir os passeios; colocação de placas de proibição de animais na relva e melhor conservação da mesma. Reforçou, ainda, a necessidade de infra-estruturas de apoio ao bairro, nomeadamente, uma cantina, uma

24

biblioteca, um novo Jardim de Infância (o actual não oferece as melhores condições), um centro de dia, entre outros.

Sr. António Alves Pinto – Fez referência a diversas carências que se fazem sentir na freguesia, nomeadamente, ao nível da segurança, referindo o seu caso concreto, em que sente estar a ser vítima de perseguição pessoal. Solicitou também que lhe seja resolvida a sua situação habitacional.

Sr. José Reis – Referiu-se ao traçado da futura Avenida de Santa Joana e, em nome da Comissão de Moradores, apresentou as preocupações dos moradores. Alertou o Senhor Presidente da Câmara para não olhar só para a riqueza que o projecto pode gerar, mas ao drama social que já se começa a sentir na Freguesia, questionando o que poderá acontecer às moradias que estão implantadas em zona verde. Disse ser importante fazer obra, e deixar legado para o futuro, mas com consciência e de forma equilibrada.

Sr. Carlos Alberto Simões Ferreira – Residente na Rua Nossa Sr.ª da Piedade 14-16, Santa Joana, solicitou a aplicação de manilhas de escoamento de água, desde a Pastelaria Rainha até a esquina da sua habitação, bem como, o arranjo do pavimento, dado encontrar-se bastante degradado.

Sr. Francisco Gama – Disse que a sua casa é uma das treze que vão ser afectadas pelo traçado da futura Avenida. Quanto à construção da Avenida, por fases, para além de aumentar a instabilidade já existente, trata-se de uma “massa envenenada” já que ao longo do tempo as casas vão envelhecendo e, mais facilmente, serão absorvidas. Mais fácil, porque mais antigas, mais fácil, porque com menor valor, mais fácil, perante pessoas mais idosas, menos resistentes e mais abatidas. Perguntou se valerá a pena sacrificar os proprietários e residentes em favor de variados terceiros, a favor de grupos diversos, quando há outras alternativas. Desejou que os estudos em curso levem à construção da Avenida tão esperada, pela zona da

24
vala. Como o Senhor Presidente pôde ver, as habitações não são barracas, como alguém, tristemente, as classificou.

Sr. Vasco Manuel Simões Instrumento – Residente na Rua das Cavadas n.º107, pretende saber se a viela onde mora é pública ou privada e fez referência ao saneamento, alertando para o facto de a fossa estar a um nível inferior ao pavimento.

Sr. Manuel Pericão Rangel – Solicitou que os serviços procedam à construção do muro na Rua D. João Lima Vidal n.º 25/27, que foi derrubado pelas máquinas dos serviços camarários aquando da limpeza das valetas. Disse estar disposto a ceder terreno para alargar a via e fez ainda referência à necessidade de arranjo de alguns arruamentos e colocação de sinalização.

D. Maria da Saudade A. Cruz – Residente no Largo do Solposto, solicitou a delimitação de um terreno situado na Rua do Cócáro.

Sr. Eça Queirós de Barros – Residente na Rua do Ramil, solicitou o policiamento e a subida da cota da rua.

Sr. João Baptista de Oliveira – Perguntou para quando se prevê a implementação do serviço de guardas nocturnos na freguesia.

Sr. João Gonçalves Santos – Residente na Rua das Cavadas n.º 16, solicitou a intervenção, já prometida, da Câmara, no arranjo do muro da Rua Fonte Velha; a colocação de iluminação pública na rua onde habita; policiamento nas ruas; e por fim lamentou o mau estado em que se encontram as ruas na freguesia, alertando para o facto de estarem a provocar danos nos veículos.

24

Sr. Fernando Ribeiro Queirós – Requereu a substituição dos colectores de águas pluviais na Rua Afonso Costa, em virtude de se encontrarem obstruídos devido à construção de um bloco habitacional.

D. Cláudia Sofia dos Santos Silva Ferreira – Chamou a atenção para uma vala hidráulica sita na Rua das Cavadas, onde reside, tendo referido que deu autorização ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia para proceder à sua limpeza e quando chegou a casa deparou com o terreno dividido ao meio.

O **Sr. Presidente**, informou que a competência para a resolução deste problema é dos Serviços de Hidráulica, tendo a D. Cláudia questionado se a divisão do terreno não é com a finalidade de a parte restante ficar para passar uma estrada, isto, porque, a casa do lado tem sempre cheias devido a um tubo que está a fazer as descargas para a referida vala, e a Protecção Civil esteve no local e não selou a área.

Também o **Sr. Presidente da Junta**, informou que devido às fortes chuvas, que durante dois dias inundaram as habitações, foi necessária a intervenção dos Bombeiros que não conseguiram resolver a situação, e foi necessário solicitar uma máquina à Câmara Municipal de Aveiro para desobstruir a referida vala, estando a aguardar-se um parecer técnico dos Serviços de Hidráulica.

D. Carla Alexandra Matos de Aguiar – Fez referência a algumas situações em que se torna necessária a intervenção da Câmara, designadamente no Bairro do Griné, como o abate de algumas árvores, por estarem a provocar danos em habitações; passeios; iluminação; retirada de postos de iluminação antigos; substituição do sistema de rega; pintura correcta dos lugares de estacionamento; limpeza do bairro; arranjo da via pública, dado encontrar-se em estado de degradação e construção de um muro na Rua do Ouro, junto ao bloco 4 de forma a suportar o passeio.

Sr. Manuel Fernando Fernandes – Morador na Rua do Solposto n.º 221, deu conhecimento que foram feitas valetas em cimento maciço, originando a travagem da água na Rua 1º de Maio.

24

D. Elisa Amélia da Silva Rodrigues Machado – Moradora no Bairro do Griné, entregou um Abaixo Assinado, com cerca de duzentas assinaturas, relativo ao mau estado em que se encontram as ruas no Bairro do Griné, a iluminação pública e a falta de passadeiras.

Sr. Horta – Representante da Firma **J.M.C.** lugar da Pedreira n.º 102, disse estar a ser objecto de uma situação caricata, uma vez que a Firma que representa é adjudicatária dos duches de água quente no Parque de Campismo de S. Jacinto e, até ao momento, não tem contrato celebrado, não tem facturas e não têm havido pagamentos.

O **Sr. Presidente** informou que o processo em questão está a ser objecto de estudo, pelo que, a curto prazo, será desencadeado.

Sr. Emílio Ribeiro – Faz referência à via de acesso da EN 109 à Igreja de Santa Joana e solicitou a reconsideração do primeiro projecto.

Sr. José Rodrigues Machado – Alertou para o vandalismo existente na Zona do Griné, falta de lombas e passadeiras, jardins completamente destruídos e falta de iluminação pública.

Sr. José Simões de Miranda – Questionou qual o ponto da situação do abaixo assinado entregue em Fevereiro do ano de 2002, relativamente à Rua João Chaves.

D. Maria da Conceição Fernandes – Questionou a razão de a Rua 1.º de Maio ter passeios de um lado e do outro não. Lembrou que nesta rua também existe um muro que está a cair junto à berma da estrada, onde já ocorreram acidentes.

D. Maria Constança Luxemburgo Fonseca da Conceição – Solicitou a resolução das inundações provocadas pela falta de escoamento da vala hidráulica que passa na zona da sua habitação, situada na Rua José Morgado, n.º 31, na Patela,

provocando-lhe danos a nível das paredes, as quais apresentam fissuras, as bases de sustentação da casa estão soltas, sendo evidente o risco actual de derrocada.

Sr. Fernando Eurico Sucena Vieira – Residente no Bairro Social do Caião, bloco D, 3.º Esq. Frente, apresentou uma exposição de problemas e necessidades afectos à freguesia, nomeadamente: estacionamento para bicicletas e motorizadas; lombas; mau estado da estrada; marcação de sinalização no asfalto; roupa a secar pendurada nas árvores; marcação de lugares para estacionamento; retirada de uma cabana de cães no jardim, localizada a 2 metros do parque infantil; iluminação do antigo quiosque e falta de estacionamento no Bairro, principalmente no período nocturno.

Sr. José Augusto Barros Carvalho – Residente na Rua Luís Camões n.º 8-10, manifestou-se indignado pelo facto de o saneamento, já há alguns anos, constar do Plano de Actividades da Autarquia e, até à presente data, não passar de um ponto que ajuda a compor o referido documento. Expôs o seu caso particular, alegando viver numa habitação anexa à casa dos seus sogros e, como não possuem fossas sépticas, têm necessidade de, mensalmente, requisitar aos SMA o serviço de escoamento de fossas.

Sr. Alfredo Leal – Residente na Rua do Solposto, representando o seu filho Rogério Alexandre Simões Leal, que solicitou a viabilidade de construção e levantamento de projecto de construção para uma moradia, a construir na Freguesia de Santa Joana, o qual foi aprovado no ano de 1998 pela Câmara Municipal de Aveiro, não tendo, no entanto, sido facultada a licença do domínio hídrico, dado que junto ao terreno passa uma vala. Mais informou que, o projecto foi elaborado tendo em conta a existência da referida vala e que foram respeitados todos os parâmetros legais, tendo sido informado pela Direcção Regional do Ambiente da Zona Centro, que o terreno em causa se encontra em Reserva Ecológica, pelo que, requer a resolução deste problema, uma vez que, existem responsabilidades por parte da Câmara, dado que lhes foi concedida a viabilidade de construção.

26

Sr. Manuel Moreira Teixeira – Apresentou um Abaixo Assinado, com cerca de cento e cinquenta assinaturas dos moradores da Rua S. João, Rua da Azenha, Lugar da Azenha de Baixo e Rua Luís de Camões, que reclamam a falta de saneamento nestes locais, o mau estado do piso e as deficiências de iluminação. Mais informou que se nada for resolvido partirão para outro tipo de luta.

Sr. Manuel José Ramos Ferreira – Residente na Rua S. João, reclamou a falta de saneamento, prometido há quatro anos, em Presidência Aberta, águas pluviais, iluminação pública, reclamou dos terrenos situados em frente à sua habitação, que se encontram cheios de mato, silvas e bicharada, e afirmou que o dinheiro não pode ser todo canalizado para o estádio.

Sr. José Rodrigues dos Santos – Morador na Rua José Morgado, pediu que fossem alcatroadas as estradas, que se encontram em péssimo estado e solicitou a construção do colector de águas pluviais na Rua onde mora.

Sr. José Joaquim Neves dos Santos – Morador na Rua da Azenha, informou que a sua habitação está mais baixa do que a estrada, originando fortes inundações no Inverno, devido à ausência de um colector de águas pluviais. Reclamou ainda a falta de saneamento, há anos, e pediu que seja melhorada a rede de iluminação pública.

Sr. Gil Pereira Campos – Reclamou também a falta de um colector de águas pluviais na Rua Princesa Santa Joana, onde reside, em virtude de ter constantemente a sua habitação inundada, sempre que chove, tendo que recorrer várias vezes aos bombeiros para tirar as águas acumuladas. Reclamou também a falta de iluminação pública.

Sr. Augusto Pinheiro – Referiu-se à falta de rede viária de acesso à cidade; o prometido eixo estruturante que se encontra parado; o Centro de Saúde muitas vezes falado na comunicação Social mas que não se conclui; a largura da Rua

Chão D'Além (junto à Capela S. Brás) à Rua 21 de Julho e o mau estado em que se encontram todos os arruamentos da Freguesia.

Sr. Manuel Maia da Silva – Residente na Quinta do Griné, reclamou a falta de iluminação pública, a poda inadequada das árvores, a má localização do parque infantil, o mau estado das estradas envolventes, bem como o arruamento junto à PSP, que se encontra em terra batida.

Sr. José Nunes Santos Júnior – Proprietário de um terreno na Rua 1º de Maio e Rua Luís de Camões, queixou-se que no Inverno está constantemente alagado, dada a inexistência de um coletor de águas pluviais.

Sr. Manuel Marques Simões – Residente na Rua Fernando Pessoa, Quinta da Corisca, Azenha, diz que apresentou um Abaixo Assinado, relativo a problemas na referida localidade que passou a discriminar: reparação e conclusão das do sistema de águas pluviais; construção da Praceta dos Lusíadas e respectivos passeios; estacionamento e parque infantil; reparação da estrada principal da Rua da Azenha que se encontra em estado precário, esclarecimento quanto ao acesso ao IC1, concretamente no que concerne ao restabelecimento 32.

Sr. Agramanto Cunha – Residente na Rua José Morgado, disse que já há quatro anos que houve falar que havia uma empreitada para a Rua da Patela e até hoje nada feito. Gostaria de saber também quando é que o Centro de Saúde está pronto.

Imediatamente a seguir, o Sr. Presidente deu a palavra aos Srs. Vereadores, que a usaram pela seguinte ordem:

Vereador Dr. Joaquim Marques

"Gostaria de iniciar a minha intervenção dirigindo um agradecimento especial ao Executivo por esta sua visita a esta Freguesia de Santa Joana e, ao

mesmo tempo desejar uma boa jornada de trabalho nesta terra, que venha a ser proveitosa para todos os residentes de Santa Joana em particular. Agradecer também às centenas de Santajoanenses aqui presentes, mais uma vez marcaram presença nos momentos importantes para a afirmação de Santa Joana, mais uma vez demonstraram o grande civismo desta terra, a sua grande capacidade de receber os seus convidados e amigos, mas também a nossa grande capacidade de reivindicação daquilo a que achamos termos por direito próprio a reivindicar. Mais uma vez, gentes de Santa Joana, me fizeram sentir orgulhoso de pertencer a tão grande terra, a todos o meu muito obrigado pela vossa massiça presença.

Sr. Presidente, esta nossa freguesia de Santa Joana debate-se com graves problemas que se vêm arrastando ao longo do tempo e que urgem soluções rápidas e eficazes. Gostaria de mencionar aquelas que me parecem mais prementes. Assim começo por relembra as acessibilidades viárias à freguesia, que não são as melhores, mesmo para aqueles que estão habituados a circular no concelho, isto para já não falar nas acessibilidades pedonais, como por exemplo, atravessar a 109 a pé e, para tal feito, temos 2 hipóteses, ou percorremos alguns quilómetros até à passagem superior ou demoramos 45 minutos a 1 hora a chegar aqui. Gostaria também de reforçar o assunto que tem a ver com o projecto da nova Avenida de Santa Joana, que é fundamental para a freguesia, pois cria uma via de acesso ao centro de cidade, uma obra emblemática, não só para a freguesia mas também para o próprio concelho de Aveiro. Por isso, solicito ao Sr. Presidente um favor, no meio destas reuniões todas que temos tido, tem vindo à discussão por várias vezes um tal 3.º estudo que prevê uma 3ª via. O que é certo é que em todas as reuniões temos estado a discutir sobre o mesmo projecto, e eu recordo que na reunião ordinária de 13 de Fevereiro foram apresentados à Câmara 3 estudos e que após discussão foi decidido por unanimidade, remeter esses 3 estudos à Junta de Freguesia e aos eventuais interessados, com vista a discussão e à escolha da melhor solução que satisfaça todas as partes envolvidas, e é isto que em parte poderá iniciar o desenvolvimento das conversações, mas também pode iniciar o contrário, e não gostaria que não fosse dada essa a possibilidade à Junta, por questões que na minha perspectiva se podem ultrapassar de uma forma consensual. O Sr. Presidente na sua intervenção inicial referiu que não há nada que não se possa resolver com calma e serenidade, pois bem, é a essa calma e serenidade que eu apelo, porque não é o drama económico-financeiro que me preocupa, é o drama social e psicológico que daí pode advir, e eu

104

não quero arcar com essa responsabilidade, sabendo que podem existir outras alternativas. Existe também um outro assunto de grande polémica em Santa Joana, que já foi aqui discutido há 4 anos em presidência aberta, que é o cemitério, um anseio de grande parte da população, e para o qual existe já um terreno com vista à sua implementação. Nessa mesma reunião foi acordada a sua implementação, mas como em todas as coisas há sempre alguém que está contra, reuniram-se algumas pessoas que recolheram cerca de 400 assinaturas e, ao que parece, algumas pessoas nem eram da freguesia, e o estudo foi imediatamente suspenso até hoje, porque houve um abaixo-assinado. Por isso Sr. Presidente, no caso da Avenida Santa Joana e porque também sei que foi feito um abaixo-assinado, não quero que seja suspenso o estudo, quero que se reúnam todas as soluções e se discuta sobre elas, com a maior celeridade. Sobre o Edifício do Centro de Saúde de Santa Joana, que teve as vicissitudes que todos nós conhecemos, gostaria de fazer uma correcção à intervenção do Sr. Presidente em relação a este assunto, que tem a ver com o receio de não haver dinheiro por parte do Estado para fazer a obra. Tanto quanto sei, o dinheiro existe mas, para ser libertado, tem que se proceder à realização de um protocolo com a ARS do Centro e, enquanto este protocolo não estiver assinado, não haverá transferência, por isso é premente que se firmem as participações que foram acordadas verbalmente, para que não passem de meros manifestos de interesses. Recordo-me Sr. Presidente de algumas promessas feitas nessas alturas e afirmo que 90% não foram cumpridas, devo confessar também que quando vi esta agenda de trabalhos fiquei sinceramente aborrecido, porque não vejo aparecer um subsídio à Tuna de Santa Joana, a única coisa que aparece é a apresentação de um estudo para o Edifício da Sede da Tuna, mas não aparece nenhum subsídio concreto para uma obra que foi prometida pela Câmara e que tem a ver com o lançamento do CD da Tuna, por isso gostaria que se fizesse justiça a esta Instituição. Gostaria também de falar do projecto inerente ao arranjo envolvente ao campo do FIDEC, que é uma instituição que nos apraz conter na nossa freguesia, e cujo projecto avançou e depois parou, pelo que gostaria que houvesse algum cuidado por parte deste Executivo sobre esta questão. Enfim, aos meus caros conterrâneos gostaria de deixar estas palavras de agradecimento mas também ao mesmo tempo de alerta, porque não se vai fazer tudo em Santa Joana durante este período, muitas das obras não se vão cumprir, podendo, no entanto, algumas ser feitas no imediato, caso exista vontade para as fazer. Quanto a nós, representantes do PSD, no Executivo desta Câmara,

estamos disponíveis para defender os interesses, não só de Santa Joana, mas agora ainda mais os interesses particulares da freguesia, pois foi por isso e para isso que fomos eleitos. Agora queria dirigir um pedido de desculpas públicas, porque publicamente assumo ter cometido um erro, pelo qual me penitencio, perante algumas pessoas que me interpretaram mal, porque de facto eu fiz uma observação infeliz, e quando a fiz estava dentro de determinado contexto e nesse contexto poderia não parecer tão descabido quanto aquilo eu estava a querer referir, mas de facto, apanhando as palavras soltas e não acompanhando o resto da discussão é realmente uma afirmação infeliz, pelo que gostaria por isso de pedir desculpas públicas em particular à Comissão dos Representantes da Avenida de Santa Joana, quando infelizmente referi a existência de umas barracas, não me referia às casas que lá existem, estava a referir-me a outra coisa em concreto que já lá não existe, errei e reconheço o meu erro, as minhas desculpas aos membros da Comissão e a todos aqueles que não estando aqui são representados por essa Comissão."

Na sequência da intervenção do Sr. Vereador, o **Sr. Presidente**, prestou os seguintes esclarecimentos: "Relativamente à deliberação tomada sobre a Avenida, no meu espírito e penso que também no dos restantes Membros do Executivo, o que foi aprovado foi apenas um traçado, portanto, se a acta não refere isso, vamos ouvir as gravações e vamos corrigi-la. Foram submetidos à apreciação do Executivo 3 traçados e nós fixámo-nos num deles e foi esse que foi desenvolvido, ninguém tem dúvidas sobre isto, portanto, se a acta diz algo diferente, penso que os nossos serviços não apanharam o verdadeiro sentido. Porque o que disse à Comissão de Moradores foi exactamente isto, e fi-lo convencido que era a verdade. É certo que foram 3 alternativas à reunião, mas foi escolhida aquela que se mostrou a melhor em termos urbanísticos.

Em relação ao protocolo da Unidade de Saúde de Santa Joana, não se trata de a Câmara não querer assiná-lo, porque até há um despacho publicado no Diário da República que refere que a Câmara financia 30% e o Estado 70% da obra. O que se passa agora é que o Estado vem propôr não pagar a parte que lhes compete, suportando assim a Câmara todos os custos, com a contrapartida de, no futuro, o Centro de Saúde de Esgueira não ser pago pela Câmara. Portanto, foi esta reflexão que nós fizemos na última reunião de Câmara, porque é evidente que o que o Estado

44

nos está a pedir é que paguemos a parte deles sem nos dar garantias de prazo quanto à construção do Centro de Saúde de Esgueira, e isto fez-nos parar para pensar, por isso, convém ficar claro que não é a Câmara que está a criar problemas à conclusão da recuperação do Centro de Saúde de Santa Joana, pois é nosso desejo que as duas sejam rapidamente concluídas.

Quanto à Tuna de Santa Joana, de facto houve uma carta endereçada ao Sr. Vereador da Cultura a solicitar apoio para a edição de um CD, mas ainda não houve possibilidade de fazer o cabimento legal, até porque numa exibição que a Tuna fez aqui nesta sala, aquando do seu aniversário em Dezembro, lembro-me de ter lançado esta ideia da edição de um CD, uma vez que a qualidade da Tuna o justificava, mas temos que seguir os procedimentos legais e julgo que podem contar com o nosso apoio.

Gostaria também de desfazer outra ideia que o Dr. Joaquim Marques deixou, que é a irreduzibilidade do Sr. Presidente da Câmara em matéria de planeamento. No caso da FIDEC, nós fizemos pelo menos 3 estudos para a área do Campo, num dos quais puxamos o arruamento para a frente, noutro mudámos a localização da sede, falámos com alguns moradores, porque num deles implicava a demolição de uma casa, o que acabou por não ser necessário. Portanto, não houve qualquer irreduzibilidade, pelo contrário, promovemos várias reuniões, conversámos com as pessoas e alterámos os estudos de acordo com isso, e depois já conhecem o que se passou, não houve condições para continuar, espero que este mês se possa olhar de novo para este estudo."

Vereador Dr. Capão Filipe

"Permitam-nos desde já expressar a nossa maior satisfação de estarmos hoje na freguesia emblemática de Santa Joana e cumprimentar a presença e a participação de tão numerosa comparência de munícipes no exercício nobre de cidadania, com intervenções, todas elas sem excepção, que ouvimos atentamente e sedimentaram em nós duas das nossas grandes convicções: No que diz respeito às Freguesias, a primeira organização do povo que somos e da nossa vida em comum, esta tem-se sempre mostrado como o órgão de mais e melhor proximidade dos

problemas reais e do quotidiano. Por outro lado, Aveiro pode ao longo da sua história política contemporânea passar por diferentes ciclos, o infra-estrutural, o estrutural ou o ciclo de grandes obras, mas em Aveiro o CDS tem sempre reafirmado da necessidade de se desempenhar em qualquer circunstância e sempre um ciclo, o de Dignificar as Freguesias. Deve-se pois aumentar decisivamente o estatuto das Freguesias com mais orçamento directo e ser a elas atribuídas mais competências. Deve-se construir um concelho em tecido urbano contínuo de qualidade entre todas as freguesias, acabando definitivamente as assimetrias cidade - freguesias periféricas. São exemplo das expectativas hoje aqui ouvidas entre outras, o saneamento, as pavimentações, os passeios, a melhoria da sinalética, a estruturante Avenida de Santa Joana (cuja área de controvérsia se anseia resolvida), o Centro Social e da Paróquia, a sede das Associações Locais, a habitação social, o Centro de Saúde. Destas se espera que se tenha tomado em boa nota, também no duplo sentido, o da programação e cabimentação financeira, da parte do Executivo Camarário.

Apenas mais um comentário, em relação à Unidade de Saúde não se venha agora dizer que o actual Governo de coligação PSD/PPD – CDS/PP, que herdou o País na situação deste mesmo edifício tal qual está hoje, quase em esqueleto e com os alicerces “à vista”, tem a responsabilidade, quando um ano antes, com o outro Governo, se dizia que era uma questão de tempo e estaria quase a ser resolvida, o que afinal nunca veio a acontecer.”

Vereador Domingos Cerqueira

- O Sr. Vereador manifestou a sua satisfação pela participação das pessoas, tendo agradecido a presença de todos.

PARQUE DE FEIRAS E EXPOSIÇÕES - CEDÊNCIA DE ESPACO: - O Sr. Vereador deu conhecimento de um pedido efectuado pela MULTIDADOS/HEFESTOS, para a realização do projecto “Aveiro Tecnológico 2003”, no Parque de Feiras e Exposições, solicitando para o efeito a cedência de um pavilhão para os dias 7 e 11 de Maio, próximo, e do auditório para os dias 8 e 9 do mesmo mês. Foi deliberado, por unanimidade, autorizar o pretendido, devendo o requerente proceder ao pagamento de 50% do valor das taxas, o que corresponde a dois mil seiscientos e vinte e cinco euros.

ORÇAMENTO/2003 - 6.ª ALTERAÇÃO: - Face à informação n.º 49/03 da Divisão Económico Financeira, foi deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho do Sr. Presidente de 3 do corrente, que aprovou a 6.ª alteração ao orçamento do ano em curso, no montante global de duzentos e oitenta e dois mil trezentos e setenta e sete euros e noventa e quatro cêntimos (€282.373,94), sendo duzentos e vinte e seis mil novecentos e noventa e um euros e quarenta e nove cêntimos (€226.991,49), correspondentes às despesas correntes e cinquenta e cinco mil trezentos e oitenta e dois euros e quarenta e cinco cêntimos (€ 55.382,45), respeitantes às despesas de capital.

ORÇAMENTO/2003 - 7.ª ALTERAÇÃO: - Face à informação n.º 49/03 da Divisão Económico Financeira, foi deliberado, por unanimidade, autorizar a 7.ª alteração ao orçamento do ano em curso, no montante global de seiscentos e sessenta e nove mil novecentos e sessenta e dois euros e vinte cêntimos (€ 669.962,20), sendo duzentos e dois mil oitocentos e catorze euros e trinta e um cêntimos (€ 202.814,31), de despesas correntes e quatrocentos e sessenta e sete mil cento e quarenta e sete euros e oitenta e nove cêntimos(€ 467.147,89), de despesas de capital.

RAMAL DE MÉDIA TENSÃO PARA O NOVO ESTÁDIO: - Face à informação n.º 79 do Departamento de Projectos e Gestão de Obras Municipais, foi deliberado, por unanimidade, autorizar a despesa de quatrocentos e vinte e nove mil duzentos e noventa e três euros e sessenta e nove cêntimos, para a execução do Ramal de Média Tensão para a Zona do Estádio Municipal de Aveiro, a efectuar pela EDP, conforme 3.ª alternativa do orçamento e condições de ligação às redes do SEP em média tensão, anexos ao processo.

FORNECIMENTO CONTÍNUO DE INERTES PARA O ANO 2003: - Na sequência da deliberação tomada na reunião de 1 de Agosto, do ano findo, foi deliberado, por unanimidade, de acordo com a proposta formulada no Relatório do Júri, adjudicar o fornecimento em epígrafe, à Firma IBEROBRITA, S.A., pela

importância de cento e setenta e cinco mil trezentos e cinquenta e nove euros, acrescida de IVA à taxa legal em vigor.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar a respectiva minuta do contrato.

PARQUE DE FEIRAS E EXPOSIÇÕES DE AVEIRO – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO AVAC: - Na sequência da deliberação tomada na reunião de 8 de Agosto, do ano findo, foi deliberado, por unanimidade, de acordo com a proposta formulada no Relatório do Júri, adjudicar o fornecimento em epígrafe, à Firma GASCENSOL, LD.ª, pela importância de cento e cinquenta e três mil e quatrocentos euros, acrescida de IVA à taxa legal em vigor.

Mais foi deliberado, por unanimidade, que caso não sejam apresentadas alegações pelos concorrentes no prazo legalmente estabelecido, a adjudicação considera-se aprovada.

FORNECIMENTO CONTÍNUO DE MATERIAL DE TIPOGRAFIA PARA O ANO 2003: - Na sequência da deliberação tomada na reunião de 19 de Dezembro, do ano findo, foi deliberado, por unanimidade, de acordo com a proposta formulada no Relatório do Júri do Concurso, adjudicar o fornecimento em epígrafe, à Firma RAINHO & NEVES, LD.ª, pelo valor máximo de adjudicação de trinta e dois mil e setecentos euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

INFRAESTRUTURAS ELÉCTRICAS NO P.P. DO CENTRO: - Presente a informação do Departamento de Projectos e Gestão de Obras Municipais, datada de 26 de Março, último, em face da qual foi deliberado, abrir concurso limitado sem publicação de anúncio, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 48.º do Decreto-Lei n.º 59/99 de 2 de Março, para a execução das infra-estruturas em epígrafe, cuja base de licitação se estima em cinquenta e três mil oitocentos e quatro euros, acrescida de IVA.

Mais foi deliberado, por unanimidade, designar como fiscal da empreitada a Eng.ª Florbela Matos.

109

Foi ainda deliberado, por unanimidade, constituir do seguinte modo as respectivas comissões de acompanhamento: **Comissão de Abertura de Concurso** – Dr.ª Verónica Turgal, que presidirá, Dr.ª Paula Marques e Cristina Ferreira; **Comissão de Análise de Propostas** – Eng.ª Florbela Matos, Eng.º Francisco Costa e Eng.º Jorge Cruz.

AQUISIÇÃO DE BENS – PARQUE DESPORTIVO DE AVEIRO: - Face às informações n.ºs 5.1PDA/02, 12.1PDA/02, 15.1PDA/02, 16.1PDA/02, 18.1PDA/02, 20.1PDA/02, 22.1PDA/02, 28.2PDA/02, e considerando os fundamentos expressos no ofício enviado pelo PDA, de 3 do corrente, foi deliberado, por unanimidade, revogar as deliberações referentes às aquisições de terreno, destinados ao Parque Desportivo, tomadas nas reuniões cujas datas se seguem, e às quais correspondem as seguintes informações e proprietários: 7 de Fevereiro de 2002 - Informação n.º 5PDA/02 – António Miguéis; 21 de Fevereiro de 2002 – Informação n.º 12PDA/02 - Rolando Antunes Marques; 7 de Março de 2002 – Informação n.º 15PDA/02 – Manuel João Simões; 7 de Março de 2002 – Informação n.º 16PDA/02 – Carlos Alberto Lopes da Costa; 14 de Março de 2002 – Informação n.º 18PDA/02 – Manuel Ferreira Henriques; 28 de Março de 2002 – Informação n.º 20PDA/02 – Ana de Oliveira Lima e outros; 11 de Abril de 2002 – Informação n.º 22PDA/02 – Fernando Dias Silva; 27 de Junho de 2002 - Informação n.º 28PDA/02 – Herdeiros de Júlio Marques Dias.

PLANO MUNICIPAL DE AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE AVEIRO: - Por proposta do Sr. Presidente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar o envio para a consulta pública do Programa de Acção e Monitorização Ambiental do Plano Municipal de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Aveiro, que decorrerá entre os dias 14 do corrente e 20 de Maio, próximo.

CTT - HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: - A Câmara tomou conhecimento de um Fax enviado pela ANACOM - Autoridade Nacional de Comunicações, a solicitar o parecer desta Autarquia relativamente à proposta apresentada pela Estação de Correios de Aveiro, situada na Praça Marquês de Pombal, com vista à alteração do horário de funcionamento. Foi deliberado, por unanimidade, informar que esta

Câmara Municipal, deliberou manifestar interesse em que se mantenha o horário praticado aos sábados na Estação de Correios localizada na Praça Marquês de Pombal, nº 22/23, freguesia da Glória, uma vez que as obras em curso naquele local se encontram em fase de conclusão, presumindo-se que a afluência àquele posto aumente significativamente, após este período.

ORDEM DE TRABALHOS: - De seguida deu-se início à apreciação dos assuntos constantes da ordem de trabalhos.

CEDÊNCIA DE TERRENO PARA A SEDE DE ASSOCIAÇÕES NA FREGUESIA DE SANTA JOANA: - Foi presente à Câmara a informação n.º 154/DJ/03, relativa à constituição de direito de superfície sobre parte do prédio rústico n.º 1 228, da Freguesia de Santa Joana, com o valor de 41.031,84 €, a favor da A.S.A.S. – Associação de Solidariedade e Acção Social de Santa Joana, da Associação “Rancho Folclórico das Alagoas”, da Associação Cultural Amadores de Pesca Santa Joana-Aveiro, e da Associação “Grupo Columbófilo Santa Joana Princesa”, a qual submete à apreciação da Câmara a seguinte proposta:

1. A ASAS é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, com sede no Bairro da Quinta do Griné, nesta cidade de Aveiro, constituída a 09/02/1994 e reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública mediante o registo lavrado pela inscrição n.º 18/94, em 10/02/94, publicado no DR n.º 125, III série, de 30/05/94, que tem como objecto (art.ºs 2º e 3º dos Estatutos) acções de carácter humanitário e apoio social, protecção infantil e assistência a idosos, procurando para a prossecução desses objectivos criar e manter uma rede de Centros de Convívio, Centros de Acolhimento, ATL's (Aproveitamento de Tempos Livres) etc., nos bairros e locais mais carências da Freguesia de Santa Joana;

2. A Associação “Rancho Folclórico das Alagoas”, constituída por escritura pública lavrada aos 17/12/1992 (conforme publicação efectuada no DR n.º 63, III série, de 16/03/1993), com sede no lugar de Alagoas, Freguesia de Santa Joana, tem por objecto social a promoção das danças, usos e costumes da região, contribuindo assim para a manutenção e divulgação do património etnográfico da freguesia e do concelho;

3. Por sua vez a Associação Cultural Amadores de Pesca Santa Joana – Aveiro, com sede no lugar do Solposto, Freguesia de Santa Joana, cujo objecto social é o desporto de pesca amador, a promoção cultural através da educação cultural física e desportiva e acção recreativa, foi constituída em 10/12/1991 (conforme publicitação do DR n.º 60, III série, de 12/03/1991);

4. Finalmente, a Associação “Grupo Columbófilo Santa Joana Princesa”, constituída por escritura publica outorgada aos 26/06/1976, tem por fins a promoção cultural, desportiva e recreativa dos seus associados, e a sua sede é na Quinta do Gato, Freguesia de Esgueira, deste concelho;

5. Todas as sobreditas Associações, através do Senhor Presidente da Junta da Freguesia de Santa Joana, vieram solicitar que parte do terreno rústico inscrito na matriz da Freguesia de Santa Joana sob o art.º 1 228, melhor identificado na planta anexa que fica a fazer parte integrante da presente acta, com a área total de 1.418,3 m², sito na Freguesia de Santa Joana, lhes seja disponibilizado, mediante doação ou constituição dum direito de superfície, este último a título gratuito e pelo prazo de 30 a 50 anos, a fim de melhor desenvolverem as suas acções estatutárias.

Face ao exposto e ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 1, alíneas b) e c) do n.º 4, do art.º 64.º do DL n.º 169/99, 18/09, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01, propõe-se:

a) - constituir direito de superfície a título gratuito, mediante celebração de escritura pública a favor das acima identificadas Associações, sobre o terreno parte do artigo rústico n.º 1 228.º da matriz da Freguesia de Santa Joana, nos termos e condições definidas na planta anexa que fica a fazer parte integrante da presente acta, o qual incidirá discriminadamente sobre as seguintes áreas:

aa. ASAS: sobre 706,70 m²;

bb. Rancho Folclórico das Alagoas: sobre 462,10 m²;

cc. Associação Cultural Amadores de Pesca Santa Joana: sobre 116,80 m²;

dd. Grupo Columbófilo de Santa Joana: sobre 132,70 m²;

b) - a constituição de tal direito de superfície visa potenciar, exclusivamente, a adequada instalação e funcionamento das identificadas associações no sentido de contribuir para a prossecução dos seus objectos sociais, sendo que no

104

caso da Associação ASAS se pretende o melhoramento e expansão do ATL que actualmente se encontra já a funcionar;

c) – quaisquer projectos e/ou obras de adaptação que se mostrem necessários à adequação do espaço/terreno aos objectivos pretendidos, ficarão a cargo integral das ditas associações beneficiárias;

d) – na escritura de constituição do direito de superfície deverá ficar clausulada a sua extinção caso seja dado uso diferente do aqui previsto ou por motivo de extinção e/ou cessação da actividade por mais de um ano da (s) associação (ões) beneficiária (s).”

Foi deliberado, por unanimidade, considerar aprovada a presente proposta.

ATRIBUIÇÃO À ASAS, DA GESTÃO DE ESPAÇO NO CAIÃO PARA ATLE CENTRO DE CONVÍVIO: - Foi presente à Câmara a informação nº 146/DJ/2003, a qual remete uma proposta relativa à cedência gratuita da utilização do rés-do-chão sito no Bloco Habitacional do Caião, na Rua Vasco da Gama, à A.S.A.S. – Associação de Solidariedade e Acção Social de Santa Joana, para a instalação de valência de ATL, cujo teor a seguir se transcreve:

1. A ASAS é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, com sede no Bairro da Quinta do Griné, nesta cidade de Aveiro, constituída a 09/02/1994 e reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública mediante o registo lavrado pela inscrição nº 18/94, em 10/02/94, publicado no DR nº 125, III série, de 30/05/94;

2. De acordo com os seus Estatutos – artºs 2º e 3º - a ASAS, na área de actuação da Freguesia de Stª Joana, tem como objecto acções de carácter humanitário e apoio social, protecção infantil e assistência a idosos, procurando para a prossecução desses objectivos criar e manter uma rede de Centros de Convívio, Centros de Acolhimento, ATLS (Aproveitamento de Tempos Livres) etc., nos bairros e locais mais carenciados da Freguesia;

3. Procurando implementar e desenvolver cada vez mais a sua acção social, a ASAS veio solicitar a esta Câmara Municipal a disponibilização do espaço de rés-do-chão sito no Bloco Habitacional do Caião, na Rua Vasco da Gama, propriedade desta Câmara Municipal, perspectivando o funcionamento de um novo ATL que acolhesse as crianças do Bairro do Caião, Areais, Bairro do Viso e alunos da Escola dos Areais, com capacidade estimada para 55 crianças/utentes.

Face ao exposto e ao abrigo do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 4 do art.º 64.º do DL n.º 169/99, 18/09, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01, propõe-se:

a) – ceder gratuitamente à ASAS a utilização do espaço de rés-do-chão sito no Bloco Habitacional do Caião, na Rua Vasco da Gama, conforme planta anexa, através de Protocolo a outorgar no prazo máximo de três (3) meses, obtidos que sejam o parecer prévio favorável do CLAS e as autorizações e licenças de funcionamento do Centro Distrital do Instituto de Solidariedade e Segurança Social de Aveiro;

b) - que o Protocolo a celebrar consagre que o espaço a ceder será exclusivamente para instalação de valência de ATL, cujo projecto e obras de adaptação necessários ficarão a cargo integral da ASAS;

c) - que a ASAS disponibilize um número mínimo de vagas – a definir pelo CLAS – para integração de crianças ou jovens indicados pela Câmara Municipal de Aveiro sob proposta da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Aveiro.”

Foi deliberado, por unanimidade, considerar aprovada a presente proposta.

APRESENTAÇÃO DE ESTUDO PARA O EDIFÍCIO DA PARÓQUIA E TUNA DE SANTA JOANA: - A Arqt.ª Emília Lima, da Divisão de Arquitectura e Paisagismo, fez a apresentação do estudo prévio para a construção do edifício onde irão ser instaladas a Paróquia e Tuna de Santa Joana, o qual por unanimidade, foi deliberado, considerar aprovado.

REPARAÇÃO DA LANCHA “DUNAS DE SÃO JACINTO”: - Face à informação n.º 61/2003 do Departamento dos Serviços Urbanos, foi deliberado, por unanimidade, proceder à consulta prévia, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 81.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho, para a execução do trabalho em epígrafe, cuja base de licitação se estima em vinte e quatro mil e novecentos euros, acrescida de IVA.

O Sr. Presidente deu conhecimento, a título de informação, que se chegou já a um acordo com a Administração do Porto, quanto ao projecto para o Cais de Atracagem, o que muito lhe apraz, porque é de facto um marco histórico para quem

está há 40 anos à espera do Ferry. As soluções que se tinham trabalhado fora do perímetro da zona do Porto eram todas possíveis de concretizar, contudo esta era a solução mais económica e não afecta o cais do Porto Comercial do Porto. Mais referiu ter sido fácil chegar a um acordo com a APA e sublinhou o sentido de responsabilidade que a APA teve neste processo.

FORNECIMENTO CONTÍNUO DE SAIBRO PARA O ANO DE

2003: - Na sequência da deliberação tomada na reunião de 19 de Setembro, do ano findo, foi deliberado, por unanimidade, de acordo com a proposta formulada no Relatório do Júri, adjudicar o fornecimento em epígrafe, à Firma LUSABEA, LD.^a, pela importância de setenta e três mil trezentos setecentos e oitenta e cinco euros, acrescida de IVA à taxa legal em vigor.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar a respectiva minuta do contrato.

FORNECIMENTO CONTÍNUO DE ÁRVORES E ARBUSTOS

PARA OS ANOS DE 2003/2004: - Na sequência do despacho do Sr. Presidente de 12 de Agosto, do ano findo, foi deliberado, por unanimidade, de acordo com a proposta formulada no Relatório da Comissão de Análise prestada pelo Departamento de Serviços Urbanos, adjudicar o fornecimento em epígrafe, à Firma ALFREDO MOREIRA DA SILVA & FILHOS, LD.^a, pela importância de vinte e nove mil seiscentos e oitenta e sete euros e cinquenta cêntimos, acrescida de IVA à taxa legal em vigor.

FORNECIMENTO CONTÍNUO DE MATERIAL DE PAPELARIA

PARA O ANO 2003: - Na sequência da deliberação tomada na reunião de 28 de Dezembro, do ano findo, foi deliberado, por unanimidade, de acordo com o mapa de classificação final, adjudicar às firmas SEABRA & TAVARES, LDA.; PAPELARIA JOLEFI, LDA.; ACQUAPRAIA, LDA.; PAPELAVE, LDA. e J.R.T. – TECNOLOGIA INFORMÁTICA, LDA., o fornecimento em epígrafe, pelo valor máximo de sessenta e dois mil euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, indo assim indeferida a reclamação apresentada, em sede de audiência prévia, pelo concorrente SEABRA & TAVARES,

LDA., com os termos e fundamentos expressos no Relatório Final do Júri, que aqui se dão como reproduzidos.

FORNECIMENTO CONTÍNUO DE PAPEL DE PARQUÍMETROS

PARA O ANO 2003: - Em sequência da deliberação tomada na reunião de 8 de Agosto, do ano findo, e face ao Relatório da Comissão de Análise das Propostas, foi deliberado, por unanimidade, adjudicar o fornecimento em destaque, à firma RESOPRE, S.A., pela importância de quinze mil setecentos e dez euros, acrescida de IVA.

FORNECIMENTO CONTÍNUO DE BLOCOS DE CIMENTO

PARA O ANO 2003: - No seguimento da deliberação tomada na reunião de 8 de Agosto, do ano findo, foi deliberado, por unanimidade, de acordo com o Relatório do Júri do Concurso, adjudicar o fornecimento em epígrafe, à firma SPRAL, LDA., pelo valor de trinta e seis mil euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

FORNECIMENTO CONTÍNUO DE AREIAS PARA O ANO 2003: -

Dando continuidade à deliberação tomada na reunião de 8 de Agosto, do ano findo, foi deliberado, por unanimidade, de acordo com o Relatório do Júri do Concurso, adjudicar o fornecimento em destaque, à firma VITOR FRIAS, LDA., pela importância de quarenta e um mil seiscentos e oitenta e seis euros e cinquenta cêntimos, acrescida de IVA à taxa legal em vigor.

FORNECIMENTO CONTÍNUO DE MATERIAL ELÉCTRICO

PARA O ANO 2003: - Em sequência da deliberação tomada na reunião de 1 de Agosto, do ano findo, e face ao Relatório do Júri do Concurso, foi deliberado, por unanimidade, adjudicar o fornecimento em destaque, à firma MARTELO ELÉCTRICO, LDA., pela importância de setenta e nove mil novecentos e vinte e três euros e dezoito cêntimos, acrescida de IVA.

Mais foi deliberado, aprovar a respectiva minuta do contrato.

24

terreno rústico sito nas Cilhas, freguesia de Esgueira, inscrito na matriz sob o n.º 1891 e com a área de 860.00m², pertencente a Valdemira de Oliveira Lares Carvalhal e outros, pelo valor de vinte e seis mil quatrocentos e oitenta e seis euros, sendo setecentos e quarenta e oito euros correspondentes a benfeitorias existentes.

CONCEPÇÃO E CONSTRUÇÃO DA PASSAGEM INFERIOR DO PLANO DE PORMENOR DO CENTRO, AO PK 271.960 DA LINHA DO NORTE:

- Foi presente um ofício enviado pela ETERMAR – Empresa de Obras Terrestres e Marítimas, S.A., a solicitar que seja indicada qual a solução prevista por esta Câmara, para o nó de ligação do actual arruamento frontal ao Centro de Congressos, com os novos arruamentos do Plano de Pormenor do Centro, dado que pretendem iniciar os trabalhos de construção dos muros da ala poente da Passagem Inferior.

Foi deliberado, por unanimidade, concordar com o estudo elaborado para o efeito pela Divisão de Trânsito, remetido através da informação n.º 26-AM/DT/03, o qual prevê a implantação de uma rotunda, de carácter provisório, conforme desenho anexo ao respectivo processo.

TRÂNSITO: - Foi deliberado, por unanimidade, aprovar o estudo de alteração das passadeiras da Rua João Mendonça (Frente à Praça Melo Freitas), de acordo com a informação n.º 07/03 do Departamento de Serviços Urbanos.

SERVICOS DE APOIO À FAMÍLIA – NORMAS DE FUNCIONAMENTO:

- Na sequência da deliberação tomada na reunião de 21 de Fevereiro de 2002, e em conformidade com a informação n.º 88/2003 da Divisão de Educação, foi deliberado por unanimidade, aprovar a proposta de alteração das normas de funcionamento dos Serviços de Apoio à Família nos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública do concelho de Aveiro, no ano lectivo 2002/2003, cujo teor aqui se dá como transcrito, no sentido de as tornar mais eficazes e objectivas para os Pais e Encarregados de Educação.

24

ESCOLAS DO CONCELHO - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS
AVEIRO SUL - PROJECTO "A COMUNICAÇÃO COMO UM DESAFIO": -

Foi deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho do Sr. Vereador Dr. Manuel Rodrigues Ferreira, datado de 3 de Março, último, que autorizou, no âmbito do projecto acima referido, a cedência de transporte ao Jardim de Infância de Santiago, para a visita de estudo ao Jardim de Infância de S. Jacinto.

HABITAÇÃO SOCIAL: - Face à informação n.º 64/03 da Divisão de Habitação Social, a dar nota de um requerimento apresentado por Natalina de Oliveira a solicitar a sua transferência do r/c Esq. do Bloco 6 do Bairro Social do Caião para o 1.º andar esquerdo do mesmo bloco, uma vez que o mesmo se encontra devoluto e oferece melhores condições, dado que o r/c é sombrio e húmido e agrava os seu problemas de saúde. Foi deliberado, por unanimidade e de acordo com a referida informação autorizar a transferência da requerente para o 1.º andar esquerdo.

TEATRO AVEIRENSE: - A Câmara tomou conhecimento do Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2002 do Teatro Aveirense, cujo documento se encontra anexo à presente acta.

Em relação à participação da Câmara no quadro da sociedade do Teatro Aveirense, o Sr. Vereador Dr. Joaquim Marques, levantou a seguinte questão: *"Considerando que é sempre nomeado alguém para representar a Câmara na Sociedade em questão, pergunto, se não devemos ser nós, enquanto Membros do Executivo, a dar opinião sobre as contas? Ou seja, não seria conveniente o Executivo ter acesso às contas para depois emitir o seu parecer, pode até não ser vinculativo, embora eu ache que deveria ser, porque é a Câmara que está a ser representada, por isso o Executivo, em minha opinião, deveria ter conhecimento prévio das contas e determinar a votação."*

O Sr. Presidente, concordou, sublinhando que realmente faz todo o sentido que a Câmara tome conhecimento das contas, independentemente de serem aprovadas ou não, pelo que se comprometeu a esclarecer se a Câmara pode ou deve aprovar o seu sentido de voto previamente.

24 24

Também o Sr. Vereador Dr. Amândio Canha chamou a atenção para o facto de os capitais próprios da empresa serem inferiores ao capital social, o que, nos termos do Código das Sociedades Comerciais, implica penalizações para a Sociedade.

O Sr. Presidente respondeu que se trata de uma sociedade por quotas e, nos termos da Lei, este tipo de sociedades em que as Câmaras são accionistas maioritárias, tendem a transformar-se em empresas municipais. No presente caso, a Autarquia é detentora de 99% do capital da sociedade, prevendo-se para breve, a transformação desta Sociedade em Empresa Municipal.

CEDÊNCIA DE MATERIAIS: - Foi deliberado, por unanimidade, autorizar a cedência dos seguintes materiais:

- 12 cadeiras, à ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE TABOEIRA, dado ser este o único equipamento disponível de momento, estimando-se os respectivos custos em quarenta e dois euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor;

- 120 m de lancis ou blocos; 2 sacos de 50 kg de cimento; 4 m³ de areia; 15 m³ de terra vegetal; sementes e bachelos, à JUNTA DE FREGUESIA DE CACIA, para prestar apoio à Escola de Vilarinho, no âmbito do projecto "Biodiversidade", cujos custos se estimam na quantia de novecentos e vinte e oito euros e cinquenta cêntimos, acrescida de IVA à taxa legal em vigor;

- 1 palco, à COMISSÃO DE FESTAS DO DIVINO ESPÍRITO SANTO, para a realização da festa em Honra do Divino Espírito Santo, a levar a efeito na Vila de Cacia, nos dias 7, 8 e 9 de Junho, próximo, estimando-se os respectivos custos na quantia de mil e trezentos euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor;

- 1 paleta de cimento; 2000 blocos de 50x20x28; 500 blocos de 50x20x20; 500 blocos de 50x20x15, 1 camião de areia do rio e 130 m³ de tout-venant, à JUNTA DE FREGUESIA DE EIROL, para a realização de diversas obras na freguesia, estimando-se os respectivos custos na quantia de três mil quatrocentos e quarenta e um euros e cinquenta cêntimos, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor;

ale 24

- 150 m³ de tout-venant, à JUNTA DE FREGUESIA DE N.ª SR.ª DE FÁTIMA, para aplicar em caminhos e arruamentos da freguesia, estimando-se os respectivos custos na quantia de mil duzentos e quarenta e oito euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor;

- 250 m³ de tout-venant; 500 m³ de saibro e 200 m³ de areia do rio, à JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO BERNARDO, destinados à realização de diversos trabalhos a levar a efeito na freguesia, cujos os custos se estimam na quantia de oito mil quatrocentos e oitenta e sete euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

LICENÇAS DE OBRAS: - Foram submetidos à apreciação do Executivo os seguintes processos de obras:

- N.º 405/2000 de SAVOUGA - CONSTRUÇÕES, LDA.. Nos termos do disposto no art.º 23º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a solução urbanística, referente ao presente processo, nos termos expressos da informação PRL/Lt 167 de 26 de Dezembro, do ano findo.

- N.º 161/96 de IMOFIXA - INVESTIMENTOS*IMOBILIÁRIOS. Nos termos do disposto nos art.ºs 22º e 23º, do Decreto-Lei n.º 448/91, de 28 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 334/95, de 28 de Dezembro, e pela Lei n.º 26/96, de 1 de Agosto, foi deliberado, por unanimidade, deferir o licenciamento de obras de urbanização devendo o requerente dar cumprimento aos pontos 1 e seguintes da informação técnica da Divisão de Gestão Urbanística de 31 de Março, último.

ALIENAÇÃO DE BENS - ZONA INDUSTRIAL DE TABOEIRA: - Considerando que a Câmara Municipal de Aveiro é o Órgão Executivo da Pessoa Colectiva de Âmbito Territorial designada por Município, a quem incumbe um leque alargado de atribuições e competências, vinculada à prossecução do interesse público e empenhada, em colaboração com as demais entidades públicas competentes, no desenvolvimento sustentado do concelho; considerando que a MADEVOUGA -


sociedade comercial por quotas, é uma empresa de madeiras, derivados e materiais de construção, responsável por trinta e um postos de trabalho, com forte implantação no mercado e contribuindo indubitavelmente para o enriquecimento do tecido empresarial e desenvolvimento da comunidade; considerando ainda, que na sequência do processo de construção e execução do traçado do IC-1, se vê aquela empresa na contingência de encerrar a sua actividade se não lhe for assegurada implantação de instalações adequadas no concelho, a Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a venda à mesma de um terreno com a área aproximada de catorze mil quatrocentos e sessenta metros quadrados (14.460 m²), destinado a indústria, sito na Zona Industrial de Taboeira, Freguesia de Esgueira, nesta cidade de Aveiro, pelo valor total de setecentos e vinte e três mil euro s (723.000,00€), nos termos e condições constantes do contrato promessa de compra e venda que se anexa e faz parte integrante da presente acta.

A presente deliberação vai ser submetida à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea i), do n.º 2, do art.º 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

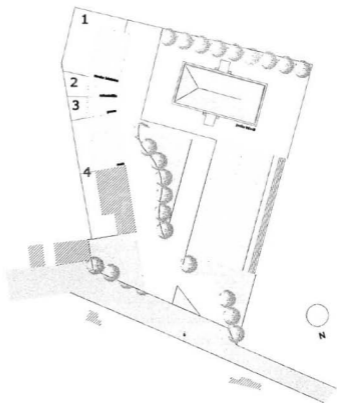
APROVAÇÃO EM MINUTA: - Finalmente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta, nos termos do que dispõe o n.º 3, do Art.º 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a qual foi lida e distribuída por todos os Membros da Câmara e por eles assinada.

E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a presente reunião.

Eram 19.00 horas.

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente acta, que eu, , João Carlos Vaz Portugal, Director do Departamento Administrativo, Jurídico e de Pessoal da Câmara Municipal de Aveiro, subscrevo.



- 1 - Rancho Folclórico das Alagoas - 462.10 m²
- 2 - Grupo Columbófilo de Santa Joana - 132.70 m²
- 3 - Associação C. Amadores de Pesca - 116.80 m²
- 4 - Asas - 706.70 m²



CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO 2001.09

JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA JOANA - GRINELÂNDIA - projecto

implantação

2

esc. 1:500